



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 675/11

Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar  
do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Para fins desta Lei entende-se por Agroindústria Familiar o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, conforme definido no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar e/ou industrializar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquíferas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples como: secagem, classificação, limpeza, processamento mínimo e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações agroindustriais envolvendo transformações físicas, químicas e/ou biológicas.

**Art. 3º** A Política Estadual de Agroindústria Familiar tem por finalidade a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda para os agricultores familiares e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

**Art. 4º** São beneficiários da Política Estadual de Agroindústria Familiar aqueles elencados no art. 3º da Lei Federal nº 11.326/06.

**Art. 5º** A Política Estadual de Agroindústria Familiar desenvolver-se-á com base nos seguintes objetivos:

I – implantação e desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, possibilitando a geração de empregos e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores;

II – obtenção de produtos diferenciados e agregação de valor aos produtos agropecuários, contribuindo para a permanência da família na atividade e a diminuição do êxodo rural;

III – promoção do cooperativismo, do associativismo e de outras formas de organização de economia popular e solidária;

IV – adequação, racionalização e otimização do uso dos recursos humanos e naturais nos estabelecimentos rurais, com base no desenvolvimento sustentável tanto sob a ótica social quanto ambiental;

V – orientação para participação e o cumprimento das exigências e objetivos das Leis Federais n.ºs. 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003;

VI – ampliação do desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios visando à geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população rural.

**Art. 6º** São instrumentos da Política Estadual de Agroindústria Familiar:

I – o crédito rural e/ou industrial, tanto para custeio, capital de giro e/ou investimento em rubricas especiais e específicas direcionadas para a Agricultura Familiar;

II – os incentivos creditícios, fiscais e tributários;

III – a regularização da atividade e dos produtos sob a ótica jurídica, sanitária, fiscal e ambiental;

IV – o ensino, a pesquisa e a assistência técnica voltados à produção, gestão, industrialização, mercado e comercialização;

V – a certificação e criação de um selo “Produto da Agricultura Familiar do Paraná” de origem e de qualidade de produtos destinados à comercialização para o consumo humano;

VI – a promoção e a comercialização dos produtos;

VII – a capacitação profissional;

VIII- a comercialização geral estabelecida nas Leis Federais n.ºs. 11.947/09 e 10.689/03.

**Art. 7º** A Política Estadual de Agroindústria Familiar poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada, mediante:

I – análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

II – orientação e acompanhamento na execução dos projetos a serem desenvolvidos;

III – desenvolvimento de atividades de formação profissional nas áreas da produção, gestão administrativa, industrialização e comercialização;

IV – apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, através de feiras, festas, exposições, mercados e centrais de comercialização e abastecimento;

V – estímulo à criação de redes de comercialização solidárias que articulem as Agroindústrias Familiares e as organizações de comunidades urbanas.

**Art. 8º** A execução e coordenação do programa previsto por esta Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

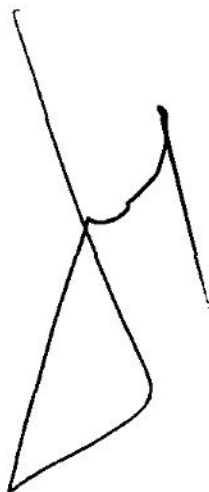
Sala das Comissões, 13 de maio de 2013.



ALEXANDRE CURTI  
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 134/13

Declara de Utilidade Pública a  
Associação de Pais e Amigos dos  
Excepcionais – APAE de  
Umuarama, com sede e foro no  
Município de Umuarama.

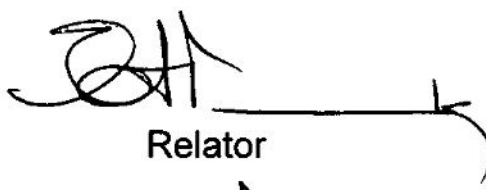
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação  
de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Umuarama, com  
sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


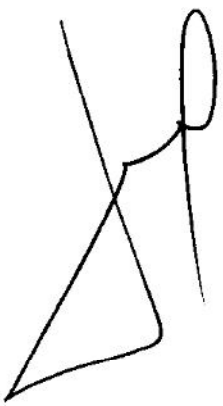
Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





**Projeto de Lei nº 22 /13**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 06 FEV 2013  
  
**1º Secretário**

Declara de Utilidade Pública o Observatório de Gestão Pública de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Observatório de Gestão Pública de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2013.

**Gilberto B. Martin**  
Deputado Estadual

**Luiz Eduardo Cheida**  
Deputado Estadual

**Tercilio Turini**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O Observatório de Gestão Pública de Londrina/PR, também denominado Observatório, conforme disposto no art. 1º de seu Estatuto é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e que tem como principal finalidade, além das demais previstas no art. 2º do Estatuto, apoiar a comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.

Atualmente, o Observatório tem atuação constante, sempre em defesa da Gestão Pública, conforme bem especifica o relatório de atividades anexo.

A declaração de utilidade pública para o Observatório de Gestão Pública de Londrina constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver suas atividades, sempre na defesa da Gestão Pública de qualidade.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 22/2013**

Projeto de Lei nº. 22/2013

Autora: Deputados Gilberto Martin, Luiz Eduardo Cheia e Tercílio Turini

*Súmula: Declara de Utilidade Pública o*  
**OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE**  
**LONDRINA**, com sede e foro no Município de  
Londrina.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilberto Martin tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA**, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

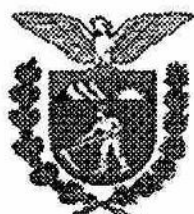
I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**



Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de Maio de 2013.


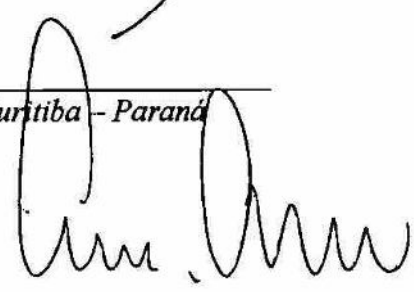
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
  




**~~ANTEP~~ PROJETO DE LEI 172/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João do Triunfo.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São João do Triunfo, de imóvel urbano com área total de 1.200,00 m<sup>2</sup>, situado na Rua Getúlio Vargas, no Município de São João do Triunfo, conforme descrito na Transcrição nº 5.546, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.

**Art. 2º** O imóvel em questão será usado exclusivamente para serviço público.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 08 de maio de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº038/2013

Curitiba, 08 de maio de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 13 MAIO 2013

*marcelo*  
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 09/05/2013

*[Signature]*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São João do Triunfo, de imóvel urbano com área total de 1.200,00 m², situado na Rua Getúlio Vargas, no Município de São João do Triunfo, conforme descrito na Transcrição nº 5.546, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.

A presente proposta atende ao interesse público, pois aquele Município pretende alienar o referido imóvel, hoje do Estado do Paraná, à União por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE, para instalação do futuro Fórum Eleitoral naquela municipalidade.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em referência será usado exclusivamente para serviço público.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

*[Signature]*  
**CARLOS ALBERTO RICHIA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.941.519-5.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 172/2013

**Projeto de Lei nº 172/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 038/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de São João do Triunfo.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 38/2013, visa efetuar a doação, ao Município de São João do Triunfo, imóvel urbano com área total de 1.200,00m<sup>2</sup>, situado na Rua Getúlio Vargas, conforme descrito na transcrição nº 5.546, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

(...)

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009).** (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

**§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.** . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR

**APROVADO**

1405.13 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 172/2013**

**Projeto de Lei nº 172/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 038/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João do Triunfo.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 172/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 038/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de São João do Triunfo no Estado do Paraná, da área constituída de 1.200,00 m<sup>2</sup>, conforme descrito na transcrição nº 5.546 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo-PR.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 172/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São João do Triunfo no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a construção de um futuro Fórum Eleitoral naquele município, uma edificação por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que atenderá de forma direta toda a população. Uma ação que fortalecerá o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada no município, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu*



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tércio Turini.



gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 172/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 038/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)  
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 172/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.




#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São João do Triunfo, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 172/2013**, em sua forma apresentada.

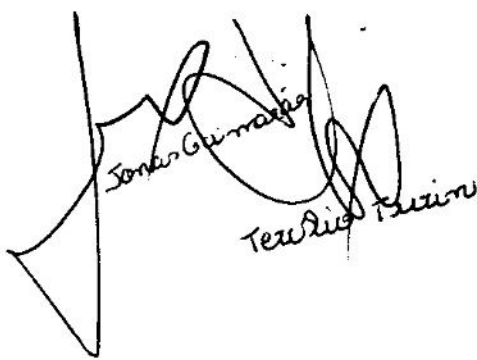
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 14 de maio de 2013.*

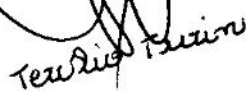
  
**FRANCISCO BUHRER**

*Presidente da Comissão*

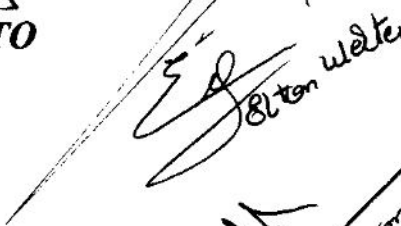
  
**TERUO KATO**

*Relator*

  
Jonas Guimarães

  
Tercílio Turini

  
Adelino Ribeiro

  
Elton Welter

  
Pastor Edson Praczyk